

COMPARATIVO HISTÓRICO DOS PNEs

Aspecto	PNE 2001–2010 / Lei 10172/2001	PNE 2014–2024 Lei 13005/2014	Substitutivo ao PL nº 2614/2024 PNE 2024–2034	Avaliação da Contee
Meta de financiamento público	Meta aprovada pelo Congresso de 7% do PIB, mas vetada na sanção e não implementada	10% do PIB até o final do decênio	7,5% do PIB mínimo, total mínimo 11% com 3,5% do setor privado	Retrocesso grave: redução do financiamento público, induz à privatização. Contee defende 10% do PIB prioritariamente público.
Custo Aluno-Qualidade (CAQ)	Não previsto	Implementação gradual, com prazos definidos	Implementação apenas ao final do decênio	Insuficiente: sem prazos claros, compromete equidade e qualidade da educação.
Valorização dos profissionais	Piso salarial nacional previsto, implementação irregular	Piso nacional, planos de carreira, 90% de contratos efetivos	Piso sem prazo, planos incompletos, 70% de contratos efetivos	Retrocesso: aumento dos contratos temporários compromete as condições de trabalho na educação pública.
Governança e monitoramento	Conferências nacionais a cada 4 anos	Planos decenais, conferências, instâncias de controle	Planos bienais, avaliação da gestão e monitoramento	Avanço: mas depende de financiamento público.
Inclusão e modalidades específicas	Previsão limitada	Educação indígena, do campo, quilombola, EJA e educação especial	Expansão das metas para inclusão e educação em tempo integral	Avanço: amplia cobertura de grupos vulneráveis.
Infraestrutura escolar	Sem programa específico	Investimento variável, condicionado ao orçamento	Programa Nacional de Infraestrutura Escolar com royalties	Avanço, mas depende de financiamento público robusto.
Participação privada	Limitada	Limitada, complementar	Obrigatória mínima de 3,5% do PIB	Retrocesso grave: concepção de gestão privada da Educação Pública